

# HD HABEAS DATA



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

**PRESIDENTE:**

Desembargador Federal  
Sergio Schwaitzer

**VICE-PRESIDENTE:**

Desembargador Federal  
Poul Erik Dyrlund

**CORREGEDORA REGIONAL:**

Desembargadora Federal  
Salete Macçalóz

**DIRETOR GERAL:**

Roque Bonfante de Almeida

**ASSESSORA DE  
COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Ana Sofia Brito Gonçalves

**REDAÇÃO**

André Camodego e  
Marcelo Ferraz

**DIAGRAMAÇÃO,  
IMPRESSÃO E  
ACABAMENTO**

Coordenadoria de Produção  
Gráfica e Editorial - CPGRAF

**PROJETO GRÁFICO**

Daiane Moraes

**REVISÃO**

André Camodego

Para mais notícias e a versão  
eletrônica do Habeas Data,  
visite o site [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br)

## TRF2 - 25 ANOS

### Comemorações do jubileu de prata têm início com o projeto “Pioneiros”

Aprovado no primeiro concurso público de âmbito nacional realizado para a magistratura federal, em meados da década de 1970, o paraense Paulo de Freitas Barata começou sua atuação na 1ª Vara Federal do antigo Estado do Rio de Janeiro, depois transformada, após a fusão com a Guanabara, na 8ª Vara Federal. Nessa época, por falta de espaço, seu gabinete foi instalado numa sala sem janelas, que servira como cárcere para custodiados da Justiça Federal, no centro da capital fluminense. Dentre as recordações desse tempo, o hoje desembargador federal aposentado Paulo Barata recorda o hábito que tinha de se comunicar com o também desembargador federal aposentado Clélio Erthal por meio de leves batidas de mão na divisória que separava sua “cela” da de seu colega.

A narrativa, além de pitoresca, chama atenção para o fato de que documentos, fonte primária da história, são, na verdade, apenas parte do que a constitui: seja qual for o objeto do estudo, há sempre muitos elementos cujo acesso só é possível através das lembranças pessoais. Mas os seres humanos não são eternos e é para que essa informação não se perca que o projeto inaugural da programação comemorativa dos primeiros 25 anos de existência do TRF2, aprovada pela Presidência da Corte, é o “Pioneiros”, que vai promover o registro da memória oral (e documental) das pessoas que trabalharam na instituição em seus primórdios.

O projeto abrangerá o período entre a instalação do Tribunal, em 1989, e a inauguração do seu atual Plenário, em 1991.

Os desembargadores da composição inicial da Corte serão os primeiros a gravar, em vídeo, as entrevistas que serão conduzidas por Paulo Barata, coordenador da iniciativa e presidente da comissão responsável pelo programa comemorativo desse quarto de século de existência do Tribunal (veja o cronograma na página 3). O primeiro a participar da conversa é o ministro Arnaldo Lima, que foi presidente do TRF2 de 2001 a 2003 e hoje integra o Superior Tribunal de Justiça. Na sequência, será a vez de os servidores mais antigos da Casa serem convidados para contar suas experiências naquele primeiro biênio. A transcrição das falas será publicada em livro e o material audiovisual será disponibilizado para pesquisa.



Paulo Barata: análise crítica do passado e programação do futuro

## Revisitar o passado

A Lei nº 8.159, de 1991, estabelece como dever do Poder Público a “gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. Mas, independente da obrigação legal, não há como contestar o valor da conservação sistematizada da memória institucional, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto para nortear o planejamento estratégico e as políticas corporativas. Como defende o desembargador federal Paulo Barata, “revisitar o passado tem dupla função. A de possibilitar a análise crítica das ações e dos acontecimentos e a de permitir uma programação melhor do futuro, evitando a repetição de erros com conhecimento de causa”.

Dentro desse propósito, para quem estuda os registros institucionais com método e responsabilidade, não há conhecimento a ser desprezado e as entrevistas que comporão a publicação e o acervo de relatos em vídeo deverão ser um manancial de dados riquíssimos. O caso do gabinete que era prisão é um bom exemplo disso. Além de curiosa, essa notícia que pouca gente hoje conhece é uma pista na trilha que leva ao entendimento de como a Justiça Federal da Segunda Região, que já enfrentou condições tão precárias, chegou a atingir o grau de profissionalismo atual, dando resposta às novas e cada vez mais complexas exigências da sociedade e ao crescimento constante da demanda jurisdicional: “Precisamos reconhecer que, por trás de cada medida administrativa existem motivações e objetivos da Administração, que nem sempre estão expressos nos documentos escritos. Por trás de cada ato assinado pelo gestor há uma história para ser contada”, reforça Paulo Barata. O objetivo do projeto “Pioneiros” é que uma parte importante dessas histórias, assim como a imagem e a voz dos seus protagonistas captadas ao vivo, fiquem preservadas para as gerações presente e futuras.

## O Programa TRF2 - 25 Anos

A Constituição Federal vigente no Brasil foi promulgada em 5 de outubro de 1988, após 20 meses de trabalho da Assembleia Constituinte, composta por 559 congressistas e presidida pelo deputado Ulysses Guimarães (1916 - 1992). Os artigos 106 a 108 da Lei Magna criaram os Tribunais Regionais Federais e estabeleceram a competência das cinco Cortes. No ano seguinte, elas foram efetivamente inauguradas em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife. A cerimônia de instalação da segunda instância federal, que abrange os Estados fluminense e capixaba, ocorreu no dia 30 de março de 1989.

Para assinalar a passagem das duas efemérides (o jubileu de prata da criação do Tribunal pela Constituição e a sua instalação), o programa “TRF2 - 25 Anos” reúne vários projetos e ações. Dirigido pelo desembargador federal Paulo Barata, que também é presidente da comissão idealizadora e organizadora do programa, o “Pioneiros” é uma das principais iniciativas e, talvez, a mais complexa, reunindo atividades pelas quais diversos setores do órgão são responsáveis.



Essa interação operacional, aliás, é uma das características do programa. A coordenação administrativa dos trabalhos está concentrada na Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação (SED), mas as propostas aprovadas pela Presidência do TRF2 foram elaboradas pelas equipes de várias áreas, como a da Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial e a da Biblioteca, entre outras, que também ficaram responsáveis pela execução das tarefas: “Este programa é institucional, pertence ao Tribunal e não a um setor específico. As pessoas passam, mas as ações são perenes quando promovem o desenvolvimento global da organização.

Foi assim que a Corte se construiu e é com esse espírito que queremos marcar o aniversário de 25 anos”, defende Lenora Schwaitzer, diretora da SED.

Além do projeto “Pioneiros”, o programa “TRF2 - 25 Anos” inclui homenagens aos servidores mais antigos, o lançamento de um *site*, um selo comemorativo (que já pode ser visto neste box), uma logomarca do jubileu de prata e um projeto de memória iconográfica, entre outras ações.

# Confira a agenda das entrevistas da primeira etapa do projeto “Pioneiros”

1-Dia 26/08/2013, 2ª.feira, às 15 horas - abertura e depoimento do ministro Arnaldo Esteves Lima (a abertura será no Plenário do Tribunal e a entrevista será no Auditório, no terceiro andar do TRF2)

As demais entrevistas serão na Sala de Leitura do CCJF (Avenida Rio Branco, 241, Cinelândia), sempre às 15 horas.

2-Dia 05/09/2013, 5ª.feira:

Desembargador federal Agustinho Fernandes;

3- Dia 16/09/2013, 2ª. feira:

Desembargadora federal Julieta Lunz;

4- Dia 23/09/2013, 2ª. feira:

Desembargadora federal Tania Heine;

5- Dia 26/09/2013, 5ª. feira:

Desembargador federal Alberto Nogueira;

6- Dia 30/09/2013, 2ª. feira:

Desembargador federal Clélio Erthal;

7- Dia 03/10/2013, 5ª. feira:

Desembargador federal Valmir Peçanha;

8- Dia 14/10/2013, 2ª. feira:

Desembargador federal Frederico Gueiros;

9- Dia 17/10/2013, 5ª. feira:

Desembargador federal Sérgio D'Andrea;

10- Dia 21/10/2013, 2ª. feira:

Desembargador federal Paulo Barata.

Crédito: Acervo TRF2



O desembargador federal Romário Rangel, primeiro presidente do TRF2, assina o termo de posse no dia 30 de março de 1989

Crédito: Acervo TRF2



Os integrantes da primeira composição do TRF2 prestam o juramento solene

# Ministro Arnaldo Lima

Arnaldo Esteves Lima, filho de Odilon Esteves Lima e Maria Salvino Otoni, nasceu em Novo Cruzeiro, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.

Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1972, ocasião em que lhe foram conferidos os Prêmios Professores “Rafael Magalhães” e “Cândido Naves”, como melhor aluno da Turma em Direito Processual Civil.

Ainda em 1972, foi um dos representantes do corpo discente da Faculdade de Direito da UFMG em congresso sobre direito do trabalho e previdência social, realizado pela Faculdade de Direito da UFRN, em Natal/RN, oportunidade em que foi relator da tese “O FGTS como Direito Econômico”. Após formado, exerceu a advocacia.

Aprovado nos diversos concursos dos quais participou: assistente jurídico do Ministério da Educação e Cultura - MEC (1973); 18º lugar, para o cargo de inspetor do trabalho, do MTB (1975); 13º lugar, para procurador autárquico/assistente jurídico - Dasp; 2º lugar, para defensor público do Ministério Público do D.F.T.; 18º lugar, para ingresso na carreira do Ministério Público de São Paulo; 2º lugar, para juiz de direito substituto da Justiça do Distrito Federal (1979); 4º lugar, para Procuradoria da República, do Ministério Público Federal (1979) e 9º lugar, no 1º concurso para juiz federal, realizado pelo Conselho da Justiça Federal (1979).

Optando pela magistratura federal, iniciou sua carreira na 2ª Vara da Seção Judiciária do Paraná, em 1979. No ano seguinte, requereu promoção para a Seção Judiciária de Minas Gerais, sendo lotado na 1ª Vara, assumindo, em 1984, a titularidade da 6ª Vara. Em 30 de março de 1989, se tornou desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). Foi Presidente no biênio 2001/2003 e atuou na Corte até 18/08/2004. O magistrado também foi membro do Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ, no biênio 1994 a 1996.

Desde 19 de agosto de 2004 é ministro do Superior Tribunal de Justiça. No biênio 2006/2008 foi Presidente da 5ª Turma da Corte. Foi eleito Corregedor-Geral da Justiça Federal em março de 2013. Atualmente, é presidente da Primeira



Crédito: CJF

Turma do STJ (biênio 2012/2014), membro da Primeira Seção, membro da Corte Especial, membro do Conselho da Administração, além de presidente da Comissão de Coordenação.

Arnaldo Lima também é diretor do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CJF) e membro, desde 2012, do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Dentre suas atividades docentes, lecionou em Brasília, por indicação do Cetremec/MEC, em curso preparatório às provas visando à inclusão de servidores no novo plano de classificação de cargos (1975/1976); na Faculdade de Direito da UDF, também em Brasília, lecionou teoria geral do processo (1º semestre de 1979); em Belo Horizonte, ministrou as cadeiras de direito civil e direito processual civil, na Faculdade de Direito Milton Campos (a partir de agosto de 1981). Foi ainda membro do Conselho Superior Consultivo do Instituto Brasileiro de Direito Aplicado - IBDA, em março de 2002.

Autor dos livros “Ação Rescisória”, em co-autoria com o Professor Poul Erik Dyrland, e “O Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública Federal – Lei nº 9.784, de 29/1/1999”, Arnaldo Lima foi escolhido o “Juiz Federal do Ano”, pela OAB/MG, em 1984/1985. Além disso, foi agraciado com a Medalha Pedro Ernesto, outorgada pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, em 1995, por sua atuação como Juiz do TRE/RJ; com a Medalha do Mérito Judiciário, outorgada pelo Tribunal de Justiça do RJ, em 8/12/1999; e com a Medalha da Vitória, conferida pela Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, em junho/2000.